

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.384.330 - SP (2018/0262854-5)

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : SIVAL GOMES DA SILVA - EPP**  
**AGRAVANTE : SIVAL GOMES DA SILVA**  
**ADVOGADO : GERALDO FRANCISCO DO N.SOBRINHO - SP152399**  
**AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADOS : MÁRCIO PEREZ DE REZENDE E OUTRO(S) - SP077460**  
**ALESSANDRO ALCÂNTARA COUCEIRO - SP177274**  
**HELENA LUCIANA FORASTIERI RODRIGUES - SP293079**

### DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **SIVAL GOMES DA SILVA EPP E OUTRO**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 231, e-STJ):

GRATUIDADE PROCESSUAL - EMBARGANTES -  
HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA - COMPROVAÇÃO -  
ELEMENTOS COMPATÍVEIS COM A ALEGADA NECESSIDADE -  
CONCESSÃO - POSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 481  
DO STJ E DO ART. 98 DO CPC. EMBARGOS À EXECUÇÃO -  
CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (ABERTURA DE CRÉDITO EM  
CONTA CORRENTE - LIS) - DÍVIDA - VENCIMENTO EM 12.8.2011 -  
PRESCRIÇÃO - PRAZO QUINQUENAL - NÃO INCIDÊNCIA - ART.  
206, § 5º, I, DO CÓDIGO CIVIL - PRECEDENTES - CONTRATO -  
PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA - UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO EM  
PERÍODOS SUBSEQUENTES AO VENCIMENTO ORIGINAL.  
EMBARGANTES - OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE  
ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - PREVISÃO DO ART. 1.179 DO  
CÓDIGO CIVIL - PROVA - DESCUMPRIMENTO DO ART. 434 DO  
CPC. CLÁUSULAS CONTRATUAIS - LIVRE PACTUAÇÃO -  
INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS -  
PERMISSÃO EM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO -  
POSSIBILIDADE NOS CONTRATOS BANCÁRIOS CELEBRADOS  
APÓS 31.3.2000 - SÚMULA 539 DO STJ - MP 2.170-36/2001 -  
RECONHECIMENTO DA CONSTITUCIONALIDADE FORMAL - RE  
592377/RS - REPERCUSSÃO GERAL. JUROS REMUNERATÓRIOS -  
LEGALIDADE - SÚMULA 596 DO STF - ABUSIVIDADE - NÃO  
RECONHECIMENTO - RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO  
DE CONTROVÉRSIA N. 1.061.530 - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA  
- CUMULAÇÃO COM OUTROS ENCARGOS MORATÓRIOS -  
INADMISSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA Nº 472 DO  
STJ - INCIDÊNCIA - LIMITAÇÃO DURANTE O PERÍODO DE  
INADIMPLÊNCIA À TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS  
PREVISTA NO CONTRATO - SÚMULA Nº 296 DO STJ -  
APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. APELO DOS  
EMBARGANTES PARCIALMENTE PROVIDO.

# Superior Tribunal de Justiça

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 257-260, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 245-249, e-STJ), os insurgentes alegam ofensa aos artigos 44 da Lei 10.931/04; 70 da Lei Uniforme de Genebra (Decreto 57.663/66); 206, § 3º, VIII, do Código Civil.

Sustentam, em síntese, a ocorrência da prescrição da cédula de crédito bancário, alegando que o prazo prescricional, em se tratando de título de crédito regido por lei especial, é de três anos, contado da data do vencimento do título.

Contrarrazões às fls. 264-274, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 279-280, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 283-292, e-STJ), em que os recorrentes impugnam a decisão agravada.

Contraminuta às fls. 295-297, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irrisignação não merece prosperar.

1. Os insurgentes apontam violação aos artigos 44 da Lei 10.931/04, 70 da Lei Uniforme de Genebra (Decreto 57.663/66), e 206, § 3º, VIII, do Código Civil, sustentando a ocorrência da prescrição da cédula de crédito bancário, sob o argumento de que o prazo prescricional, em se tratando de título de crédito regido por lei especial, é de três anos, contado da data do vencimento do título.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 236-237, e-STJ):

No que diz respeito à prescrição, a execução tem como origem Cédula de Crédito Bancário Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS Limite Itaú para Saque PJ - Pré), celebrada em 1º.8.2011, e com vencimento em 12.8.2011 (fls. 52/57). A dívida decorre de operação bancária e, como tal, incide o prazo quinquenal previsto no art. 206, § 5º, I, do Código Civil:

Prescreve:

§ 5º Em cinco anos:

I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular;

A ação foi proposta em 4.3.2015 (fls. 36/39), dentro do lapso temporal nominado. Ainda que assim não fosse, por se tratar de crédito com renovação automática, conforme expressa previsão na cláusula 8 (fls. 53), o termo inicial da contagem do prazo se iniciaria a partir do inadimplemento da obrigação. Caso os embargantes não desejassem que a operação fosse renovada, deveriam notificar a instituição financeira cinco dias antes do vencimento, conforme cláusula 8.2 (fls. 54). Não há prova disso.

A propósito, os extratos referem-se ao período de 1º.8.2011 a 5.1.2015 (fls. 58/111). O demonstrativo do débito aponta o montante da inadimplência apurada em 2.12.2014 (fls. 112), mesmo indicado no extrato (fls. 111), o que corrobora a utilização do limite do crédito ao longo de período posterior ao vencimento original do contrato. Aliás, não se cogita a aplicação da prescrição trienal postulada, pois incabível para a espécie. Em casos análogos esta Corte assim decidiu: (...). [grifou-se]

# Superior Tribunal de Justiça

Como se vê, o órgão julgador, tendo por base o conjunto fático e probatório dos autos e a interpretação das cláusulas contratuais, rejeitou a alegada ocorrência da prescrição ao constatar que, "por se tratar de crédito com renovação automática, conforme expressa previsão na cláusula 8 (fls. 53), o termo inicial da contagem do prazo se iniciaria a partir do inadimplemento da obrigação", bem assim que "caso os embargantes não desejassem que a operação fosse renovada, deveriam notificar a instituição financeira cinco dias antes do vencimento, conforme cláusula 8.2 (fls. 54)" não havendo prova de tal medida nos autos (fl. 236, e-STJ).

A Corte Estadual consignou, ainda, que a ação foi proposta em 4.3.2015 (fl. 236, e-STJ) e que "os extratos referem-se ao período de 1º.8.2011 a 5.1.2015 (fls. 58/111). O demonstrativo do débito aponta o montante da inadimplência apurada em 2.12.2014 (fls. 112), mesmo indicado no extrato (fls. 111), o que corrobora a utilização do limite do crédito ao longo de período posterior ao vencimento original do contrato" (fl. 236, e-STJ).

Com efeito, os **fundamentos utilizados para rejeitar a pretensão recursal** - ausência de comprovação de notificação da instituição financeira, no tocante à renovação automática do crédito, e o demonstrativo do débito aponta o montante da inadimplência apurada em 2.12.2014 (fls. 112), mesmo indicado no extrato (fls. 111), o que corrobora a utilização do limite do crédito ao longo de período posterior ao vencimento original do contrato - **não foram impugnados** nas razões do recurso especial, limitando-se os recorrentes a alegar que o prazo prescricional aplicável à hipótese é o trienal estabelecido pelos artigos 44 da Lei 10.931/04, 70 da Lei Uniforme de Genebra (Decreto 57.663/66), e 206, § 3º, VIII, do Código Civil (fls. 246-249, e-STJ).

Contudo, quanto aos fundamentos que, de fato, embasaram o acórdão recorrido, **não houve impugnação** nas razões do apelo extremo, os quais se revelam suficientes para **manter o acórdão**.

Deste modo, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado, impõe o desprovimento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...]. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS E SUFICIENTES PARA MANTER O ACÓRDÃO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...] 2. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente, por si só, para manter incólume o aresto recorrido atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles." [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 323.958/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 03/08/2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
1. VIOLAÇÃO DO ART. 12 DA LEI N. 9.656/1998 E DO ART. 188 DO

# Superior Tribunal de Justiça

CC. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADOS NO APELO EXTREMO. SÚMULAS 283 E 284/STF. 2. OFENSA AO ART. 944 DO CC. DANO MORAL. EXORBITÂNCIA DA INDENIZAÇÃO NÃO VERIFICADA. REVISÃO DO VALOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO. [...] **Todavia, esses argumentos utilizados pelo Tribunal de origem não foram infirmados pela agravante, de forma que, não atacados os referidos fundamentos, os quais, por si sós, mantêm o acórdão recorrido, aplicam-se, à espécie, os enunciados nos 283 e 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.** [...] 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 738.817/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 13/10/2015) [grifou-se]

Portanto, considerando que o *decisum* recorrido conta com fundamentos inatacados, aptos a manter a conclusão do acórdão, inafastável a aplicação da Súmula 283 do STF, por analogia.

2. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator